

**EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DELINEAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: a inferências das agências multilaterais do desenvolvimento diante da alternância ideopolítica de governos**

**DESIGNING SOCIAL PROTECTION IN LATIN AMERICA: the inferences of multilateral development agencies in the face of ideological-political alternation of governments**

**Viviane Isabela Rodrigues<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O Neoliberalismo segue pautando as políticas econômicas e políticas sociais na América Latina, imbricando-as às pautas do desenvolvimento econômico internacional, compactuadas com economias centrais e com agências multilaterais do desenvolvimento. Tal dinâmica reitera a posição periférica dessa região e a afasta das lutas sociais. Esse cenário impõe desafios de grande monta a despreterida proteção social, sobretudo diante da alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores na região. Desse modo, o presente ensaio teórico, de cariz qualitativo, nível exploratório e tipologia bibliográfica, parte do método dialético crítico para analisar de que forma as inferências neoliberais difusas pelas agências multilaterais do desenvolvimento são incorporadas pelos governos na região impactando a proteção social da América Latina.

**Palavras-chave:** Proteção Social; América Latina; Agências Multilaterais; Neoliberalismo; Governos progressistas e conservadores.

**ABSTRACT**

Neoliberalism continues to guide economic policies and social policies in Latin America, overlapping them with international economic development agendas, agreed with central economies and multilateral development agencies. This dynamic reiterates the peripheral position of this region and distances it from social struggles. This scenario poses major challenges to unprepared social protection, especially given the ideological political alternation of progressive and conservative governments in the region. Therefore, this theoretical essay, of a

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: viviane.rodrigues@fso.ufal.br

qualitative nature, exploratory level and bibliographical typology, is based on the critical dialectical method to analyze how neoliberal inferences diffused by multilateral development agencies are incorporated by governments in the region, impacting social protection in Latin America.

**Keywords:** Social Protection; Latin America; Multilateral Agencies; Neoliberalism; Progressive and conservative governments.

## 1 INTRODUÇÃO

O delineamento assumido pela proteção social latino-americana nas últimas três décadas possui estreita relação com a inferência das recomendações das agências multilaterais de desenvolvimento para a região. Tendo como ponto de partida as caracterizações gerais da proteção social a discussão em voga se caracteriza como um ensaio de cariz qualitativo, nível exploratório e tipologia bibliográfica que enseja problematizar a partir das lentes analíticas do método dialético crítico de que maneira as recomendações internacionais de cunho neoliberais ditaram a condução assumida por governos progressistas e conservadores no delineamento das políticas sociais no contexto de capitalismo dependente, impedindo o avanço das políticas sociais universais direcionadas a classe trabalhadora da América Latina.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A região latino-americana no último quartel do século XX possibilitou o aumento significativo dos escopos de proteção social, especialmente no território de países que se redemocratizavam após a superação de regimes ditatoriais. A ampliação destes lastros protetivos superou a características histórica de políticas assistenciais e unicamente centradas no trabalhador formal, tendo redimensionada a atuação dos Estados e governos, alinhando-os às promessas civilizatórias cidadãos e democráticas.

Contudo, o avanço do modo produtivo capitalista ao suscitar a homogeneidade dos padrões de produção e consumo, determinou a decadência do “estatismo”, a qual é percebida mediante a intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos coadunada à unificação financeira e monetária, a qual, inevitavelmente desencadeou a perda de autonomia dos Estados, a redução da efetividade das políticas econômicas e a precarização

das políticas sociais. É diante destas bases que se instaura a crise do Estado capitalista, a qual teve como resposta teórica e ideológica as teses monetaristas e neoliberais (SOARES, 2009).

Inegavelmente, a recondução da atuação do Estado nos tempos de intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos sob a regência dos princípios teóricos neoliberais é perceptível. Tais movimentos acrescidos da histórica condição de dependência econômica latino-americana (denunciada por Ruy Marini) e das frágeis experiências democráticas dessa região, acenam a um cenário preocupante, especialmente no que tange à preterida proteção social.

O alastramento das orientações neoliberais e os ajustes decorrentes não foram efetivados da mesma forma entre países centrais e periféricos, visto que os primeiros “transferiram sua crise para a periferia via dívida externa, mantendo protegidas suas economias” (SOARES, 2009, p. 14). A esse respeito, o deslocamento do ônus das crises das economias centrais aos países periféricos se trata de uma prática desnudada pela Teoria da Dependência pelo conceito - anteriormente apresentada - de transferência de valor e do intercâmbio desigual.

A respeito da inferência da matriz neoliberal nas políticas econômicas e sociais, observa-se que as respostas ofertadas pelo neoliberalismo versaram sobre a reestruturação produtiva, o ajuste fiscal e o fomento da financeirização econômica (abertura e flexibilidade dos mercados). Ambos os fatores resultaram em um novo estágio de globalização, cujas contradições do mundo do capital e diferenças econômicas e sociais entre o centro e a periferia foram aguçadas. Nesse sentido, inaugura-se um novo ciclo de

expansão da taxa de lucros em um contexto de fragilidade dos trabalhadores com um custo social alto (BEHRING, 2007).

Assim, a adoção da matriz teórica neoliberal nos países latino-americanos diante das suas políticas econômicas ocorreu sob a influência direta das agências multilaterais de desenvolvimento, especialmente pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, ora apresentados como agências multilaterais do desenvolvimento. Sob a premissa de recomendações, tais agências invariavelmente promovem a designação de diretrizes tacitamente impositivas<sup>2</sup> e comumente coadunadas a matriz teórica neoliberal.

---

<sup>2</sup> Define-se o caráter impositivo devido à condição de dependência econômica dos países latino-americanos diante dos financiamentos providos por tais agências, imprescindíveis para a manutenção do controle econômico e fiscal destes países.

Ao encontro de tais premissas, tem-se como marco da imposição das políticas econômicas de cariz neoliberal aos países latino-americanos, o Consenso de Washington realizado no ano de 1989 nos EUA. A partir dessas orientações, foram formuladas medidas para a América Latina, sob a forma de reformas necessárias para enfrentar a crise e readequar-se aos requisitos da ordem econômica central globalizada. Dentre as diretrizes ratificadas pelo Consenso de Washington se situam um conjunto de ideias compartilhadas nos círculos de poder de Washington (EUA) e pelas agências multilaterais do desenvolvimento. Dez pontos são pactuados nesse consenso:

O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual (LOPES, 2011, p. 4).

No que tange às políticas sociais, o ajuste prescrevia a redução do déficit público com o corte de gastos no custeio da máquina administrativa, a redução dos subsídios ao consumo popular, a retração do custo per capita dos programas existentes, a reorientação da política social para a saúde primária e educação básica (entendidos como mínimos sociais) e a focalização das políticas nos grupos em extrema pobreza (PEREIRA, 2018). Nesse sentido, houve a “[...] incorporação de saúde primária e educação básica como insumos mínimos indispensáveis ao aumento da produtividade dos pobres no Terceiro Mundo e à formação de capital humano” (PEREIRA, 2018, p. 191).

Destarte, é nesse contexto que os modelos de ajuste estrutural neoliberal propostos às economias periféricas desencadeiam a perda da substância dos estados nacionais. O ensejo de tornar-se “competitivo” à economia globalizada implicou na contenção do mercado interno, no bloqueio do crescimento dos salários (e dos demais direitos sociais), na aplicação de políticas macroeconômicas monetaristas (altas taxas de juros), ocasionando o desaparecimento de pequenas empresas e empregos.

Nesse sentido, depreende-se que, factualmente, o neoliberalismo infere no contexto dos Estados nacionais, direcionando a sua atuação ao mercado internacional e às exigências decorrentes dessa dinâmica. Nesse contexto, os processos de desregulamentação do mercado

de trabalho, de desmonte da seguridade social, de regressão dos direitos trabalhistas e de privatização do que é público, torna-se a agenda do dia, de forma consoante às exigências propostas por organismos internacionais. O Estado deixa de ter como a sua primazia a defesa do interesse geral, o interesse público e se volta ao resguardo dos interesses de vocação particular atinentes ao poder econômico internacional. Nesse sentido, tem-se “[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas” (BEHRING, 2008, p. 60).

Pode-se aferir que a mundialização pressupôs a diminuição do controle democrático, delineando um Estado com tendências antidemocráticas. Ademais, a histórica condição de subordinação política e de dependência econômica das economias periféricas frente às economias centrais alocaram os países latino-americanos em condição de relativa subordinação aos seus organismos (tal como as agências multilaterais do desenvolvimento) e as suas recomendações de cariz neoliberal. Nesse sentido, a existência de significativas dívidas externas dos países periféricos diante de credores ligados a importantes organismos internacionais os diligenciou a executar, no âmbito político e econômico, as recomendações formuladas, especialmente pelo FMI e BM.

Sob tal prisma, identifica-se a adoção de três ordens de proposições que caracterizam o conjunto de políticas adotados na América Latina desde 1990, no intuito de se inserir na nova ordem mundial globalizada, são eles: adoção de políticas macroeconômicas relacionadas aos programas de corte nos gastos públicos, reformas administrativas, previdenciárias e fiscais; adoção de políticas microeconômicas, com vistas a desonerar o capital, aumentando a sua competitividade no mercado internacional e, por fim, mudança no modelo de industrialização adotado pelos países latino-americanos a partir de 1950, com vistas à retomada do crescimento econômico (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

As reformas incorporadas pelos Estados de remodelar os seus sistemas protetivos, especialmente os de seguridade social, mantendo a prevalência do trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração e desresponsabilização), mediante a execução das ações. Nesse sentido, as políticas sociais se tornaram ações pontuais e compensatórias (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Ao encontro de tais premissas, “[...] o novo padrão de regulação estatal substitui as *políticas de integração* de cunho universalista e

distributivo pelas chamadas *políticas de inserção*, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis [...]” (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

O desmonte dos escopos de proteção social da América Latina, escopos esses que há longa data se mostram insuficientes, assumem passos largos na atualidade. A forma como os governos mediam, conformam e expressam a sua compreensão ideopolítica, diante do delineamento dos lastros protetivos e em meio à tensão da internacionalização e dos revezes políticos da região possui estreita relação com o direcionamento de seu governo, ora progressista, ora conservador.

A trajetória democrática latino-americana que reforça o seu caráter inacabado simbolizada pela sua ínfima qualidade democrática no tocante aos elementos da igualdade, liberdade e, especialmente, no que tange ao controle da sociedade frente as políticas públicas e aos próprios políticos. O movimento *pré* e *pós* democrático latino-americano se fez permeado por alternados ciclos conservadores e progressistas na arena política, os quais ressonaram os modelos de desenvolvimento vigentes nos diferentes tempos históricos. Evidencia-se, nesse sentido, que nas três primeiras décadas do século XX perpassou por um momento marcado pelo modelo liberal, agroexportador, com a presença das oligarquias no poder. Após, diante do período compreendido entre a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, vislumbrou-se o estabelecimento de um novo modelo pautado no forte papel do Estado na economia. Nesse momento, o nacional desenvolvimentismo surge da crise da hegemonia britânica e da sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. O período conhecido como “populista”, mas que se pode denominar por Nacional-Desenvolvimentismo, estendeu-se das décadas de 1930 e 1980. Frente ao desgaste e crise do modelo do Nacional-Desenvolvimentismo, adentra-se à década de 1980 e 1990, diante da eminência da reconfiguração neoliberal, acompanhada pelo fenômeno da globalização (OLIVEIRA, 2018).

Posteriormente, devido ao avanço das políticas neoliberais e à agudização de seus rebatimentos no tecido social, vislumbra-se o seu desgaste e a chegada de várias lideranças políticas progressistas<sup>3</sup> em vários governos da América Latina. Diante dessa perspectiva, o

---

<sup>3</sup> Os alternados ciclos progressistas e conservadores na arena política dessa região poderiam ser analisados sob outra perspectiva analítica, a qual os compreende sob a face de ciclos de esquerda e de direita. Diante do exposto e em adoção à perspectiva de Bobbio (1998), a presente produção utiliza as terminologias “conservadoras e progressistas” na contra tendência da díade “esquerda e direita”, por compreender que essa primeira perspectiva

debate apresentado nesta produção se correlaciona à alternância de poder nos Estados, aos impactos no delineamento de políticas econômicas e sociais. No campo da proteção social e das políticas sociais se vislumbra a tentativa de incorporação das agendas ideopolíticas – que, em tese, são representativas da coletividade que promoveu a elegibilidade deste projeto de governo – na ação pública. Nesse espectro, a questão social se torna um problema político ao “requererem soluções por meio dos instrumentos tradicionais da ação política, isto é, da ação que tem por finalidade a formação de decisões coletivas que, uma vez tomadas, passam a vincular toda a coletividade” (BOBBIO, 1995, p. 40). Ao tornar-se um problema político e requisitar a ação política, as expressões da questão social deixam de integrar exclusivamente pautas progressistas, tal como historicamente se observou. Nota-se que esses temas envolvem a coletividade, integram as agendas políticas de partidos e as coalisões vinculadas às concepções progressistas e conservadoras, de diferentes formas e proporções.

O processo civilizatório que possibilitou o reconhecimento das liberdades e dos direitos fundamentais tencionou o sistema político e seus atores a incorporarem pautas de bem-estar tornando-se anti-civilizatória a sua não preconização. Sob tal prisma, a pobreza, a fome, as devastações ambientais da Amazônia no Brasil, trabalho escravo, genocídios, racismo e xenofobia, dentre tantos outros exemplos, deixam de integrar exclusivamente as agendas políticas progressistas para serem contempladas, mesmo que limitadamente e de maneira formal, também por agendas conservadoras.

Nesse sentido, em retomada a historicidade dos ciclos políticos da região, observa-se que os governos conservadores da década de 90 deram início à democratização na América Latina, visto que substituíram os governos ditatoriais. Em que pese a expectativa por projetos cidadão e democratizantes, observou-se uma continuidade das elites e oligarquias nacionais vinculadas ao capital internacional - outrora vinculadas aos ditadores civis e militares -, ao poder político nacional. A ascensão conservadora significou a manutenção dos privilégios das elites, da dependência econômica dos países latino-americanos e a adoção integral da matriz teórica neoliberal. No âmbito social, observa-se a consolidação de um ciclo de proteção social neoliberal e conservador. Durante esse período, ínfimos avanços no tocante ao desenvolvimento social e econômico foram perceptíveis. Crises econômicas nacionais

---

contempla, em maior proporção, as mudanças dos sistemas políticos contemporâneos, especialmente os latino-americanos imbricados pela heterogeneidade ideopolítica.

endossaram o descrédito coletivo e possibilitaram o fortalecimento de partidos políticos vinculados às classes trabalhadoras e aos movimentos populares. A ascensão progressista emerge em um cenário de esperança pela diminuição das desigualdades e o extermínio da pobreza na região.

Nesse sentido, a perceptível “maré-rosa” representou a ascensão política dos governos progressistas de **Néstor e Cristina Kirchner** (Argentina); **Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff** (Brasil); **Tabaré Vázquez e José Mujica** (Uruguai) e Ricardo Lagos e Michele Bachelet (Chile), iniciada ao final da década de 1990 e endossada na década de 2000<sup>4</sup>. No âmbito social, tais governos inauguraram um segundo ciclo de proteção social da região, ora caracterizado como neoliberal e progressista. Em que pese os significativos avanços nas políticas sociais, também foram notáveis as renúncias aos ideais contra hegemônicos mediante o estabelecimento de políticas econômicas extrativistas que endossaram a condição dependente e periférica latino-americana, especialmente devido a sua inserção ao sistema-mundo capitalista fundamentada em acordos desiguais. A dimensão ideopolítica intrínseca ao jogo político integra essa relação de forma a endossar o intercâmbio desigual. Nesse cenário, as agências multilaterais do desenvolvimento também figuram como fomentadoras dessas relações, diante dos ajustes econômicos sugestionados às economias periféricas.

Analisados a partir da tendência mundial, os governos progressistas da região aparecem como tentativas de civilizar o trem da história recorrendo ao bom senso e à concertação. Acreditou-se que era possível domesticar o desenvolvimento capitalista na periferia ou, ao menos, modular a sua velocidade e a sua direção. Sem questionar o trilho, adotaram como norte o crescimento econômico, referindo-se ao paradigma do desenvolvimento das forças produtivas. Como resultado, no lugar de “puxar o freio do trem do progresso” como dizia Walter Benjamin, esses governos o aceleraram. Ao invés de conduzi-lo, foram por ele arrastados, e, em alguns casos, defenestrados (SANTOS, 2018, p. 16).

Diante do exposto, alguns questionamentos se tornam relevantes: esses governos foram efetivamente de esquerda no sentido de contribuírem para superar a desigualdade e a dependência? Que relações estabeleceram com o campo popular e com as classes dominantes? (SANTOS, 2018). Essas intrigantes perguntas conduzem à inevitável análise de que, de maneira geral, governos progressistas e conservadores adotaram a matriz neoliberal no contexto latino-

---

<sup>4</sup> A presente produção analisou dados alusivos a realidade da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.



americano, direcionando as suas agendas políticas às pautas do desenvolvimento, compactuadas com economias centrais e com agências multilaterais do desenvolvimento, endossando a posição periférica dessa região e distanciando-se, paulatinamente, das lutas sociais. Contudo, em que pese o reconhecimento das similaridades entre progressistas e conservadores, os indicadores sociais demonstram que a incorporação das agendas sociais pelos governos progressistas produziu os melhores indicadores sociais das últimas três décadas. Nesse sentido, em que pese as necessárias críticas aos governos progressistas da América Latina, cabe destacar os significativos avanços produzidos em termos de proteção social.

Contemporaneamente, o enfraquecimento da maré-rosa coaduna com a compreensão de que a trajetória política da América Latina se fez permeada por ondas alternadas entre regimes militares (ou cívico-militares) e democráticos. Ademais, indubitavelmente, a condição economicamente dependente da região faz com que os ciclos econômicos vigentes - regional e internacionalmente-, condicionem os ciclos políticos, dinâmica que explica a alternância entre governos progressistas e conservadores na região. A cena contemporânea sinaliza a emergência e o fortalecimento de regimes neoconservadores na região, tal como se pode observar na realidade política da Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai e Peru. A guinada ideopolítica neoconservadora de países da América Latina se aproxima do movimento perceptível na cena mundial, “nos últimos anos, diversos países de todos os cantos do mundo foram acometidos por uma espécie de nacionalismo de extrema direita. A lista inclui Rússia, Hungria, Polônia, Índia, Turquia e Estados Unidos” (STANLEY, 2018, p. 13).

Essa mudança se iniciou no contexto latino-americano<sup>5</sup>, mediante à eleição de Mauricio Macri, na Argentina no ano de 2015 e foi sucedida pelas eleições de Sebastian Piñera no Chile (2018), Michel Temer (2016) e Jair Bolsonaro (2019) no Brasil e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2020)<sup>6</sup>. Os motivos indicados para o fortalecimento da onda neconservadora se atrelam-se à emergência da crise econômica em alguns países desta região, o acirramento dos escândalos de corrupção política e econômica e a diminuição dos preços das matérias-primas (imprescindíveis para a economia latino-americana).

Os resultados da conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo (ou mesmo, do neofascismo) que propiciaram o surgimento de um terceiro ciclo de proteção social na América

---

<sup>5</sup> Não foram aqui mencionados os países e os governos que não foram objetos de análise.

<sup>6</sup> Ressalva-se que ambos os governos possuem divergências ideológicas entre si, alguns deles se situam em espectro políticos neoconservadores mais amenos e outros, tal como Jair Bolsonaro, em espectros neofascistas.

Latina, ainda é uma incógnita. Trata-se de um processo em curso que já demonstra o seu alto teor nocivo frente ao desmantelamento dos sistemas de proteção social existentes e o endossamento da expropriação dos direitos da classe trabalhadora (especialmente mediante reformas trabalhistas). Ademais, o acirramento da dependência econômica dos países da região, mediante o agravamento de ações extrativistas promovidas pelo capital - especialmente o financeiro - se torna um desafio.

### **3 CONCLUSÃO**

Indubitavelmente, nos últimos trinta anos, foram produzidos notáveis progressos no campo da proteção social latino-americana. Em comparação ao cenário social vivenciado durante a década de 80, observou-se a redução da pobreza, a melhoria na saúde básica da população e a ampliação da política educacional nos níveis de ensino obrigatório. Contudo, esperava-se mais. O ensejo pela transposição da desigualdade social, pela erradicação das perversas formas de superexploração do trabalho e pela construção de uma união continental latino-americana que propiciasse a sua libertação das amarras da dependência econômica internacional, foram promessas civilizatórias nascidas no bojo dos processos democratizantes não alcançadas.

O intento de que ao nascer do século XXI, as veias da América Latina não estivessem mais abertas, mas cicatrizadas e direcionadas a potencializar o vigor econômico e político dessa região, tornam-se pautas revolucionárias não efetivadas e, por vezes, suprimidas em meio aos interesses econômicos da ordem globalizada. A reatualização das formas de colonialismo (neocolonialismo) na América Latina se tornam perceptíveis em incontáveis dimensões, dentre tais: no campo das ideias onde se observa a hegemonia do pensamento liberal (e neoliberal) em contraposição aos desprezo por teorias sociais críticas e concepções revolucionárias; no campo econômico diante da produção e reprodução econômica capitalista dependente predatória e extrativista que endossa a superexploração e degrada o mundo do trabalho nas economias periféricas; no campo político em que os Estados e governos se tornam não soberanos e servem aos interesses econômicos internacionais e no campo da subjetividade humana, cujo estabelecimento de modos de vida pautados na racionalidade neoliberal forja indivíduos sociais vorazmente competitivos em detrimento de coletividades emancipadas.

Desse modo, inegavelmente, a proteção social latino-americana se adequou às recomendações/ingerências internacionais e aos ciclos econômicos mundiais. Desde o início do século XX, o surgimento dos sistemas protetivos nascentes esteve associado aos ciclos econômicos da região, inicialmente alicerçado no modelo liberal-primário (1929), após o modelo de substituição das importações (1929 a 1980) e, a partir de 1990, vinculado à perspectiva neoliberal. Destarte, não somente a proteção social esteve condicionada aos ciclos econômicos, mas também estiveram os próprios ciclos políticos da região, dinâmica justificável pela notória condição de dependência econômica latino-americana às economias centrais. Ademais, em síntese, pode-se aferir que as economias centrais e as agências multilaterais do desenvolvimento ditam o ordenamento que os sistemas protetivos das regiões periféricas devem adotar. Frente a essa dinâmica, a alternância ideopolítica de governos conservadores e progressistas não se torna um impeditivo.

Diante do exposto, essa produção demarca a posição ora defendida que se alia a defesa pela construção de sistemas de proteção social universais, públicos e atentos às expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora em cada momento histórico. O presente impõe grandes desafios aos projetos civilizatórios democráticos e ancorados em princípios de cidadania, contudo, compreende-se como verdadeira a aceção de que processos revolucionários e emancipatórios tem solo fértil em períodos críticos vivenciados pela sociedade. A supressão das amarras econômicas latino-americanas, o fortalecimento de estratégias políticas deveras progressistas e emancipadas das ingerências internacionais e a consolidação da garantia de direitos fundamentais, humanos e sociais a classe trabalhadora, é o prognóstico ensejado para um futuro breve e próximo.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma** – desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. *In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2008, p. 1-26.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos Santos. Questão social e direitos. *In: Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009.CEPAL.

**Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.** 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 18 nov 2021

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. Tradução de Fernando Savella. **Revista Problemas del Desarrollo**, Coyoacán/México, v. 11, n. 42, p. 29 - 42, maio/jul. 1980.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; REIS, Carlos Nelson; Arregui, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.) **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe.** São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, Carlos. Crescimento econômico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, Coimbra/PT, n. 94, p. 03 - 20, Out 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1475>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MARINI, Rui. **A dialética da dependência.** 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>. Acesso em 02 mar. 2019.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social, 2020. *In*: PEREIRA, Potyara. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política.** São Paulo: Editora Cortez, 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes.** São Paulo: Cortez: 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2187 - 2196, Jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina.** Local: São Paulo: Xamã VM, 1999.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social no Brasil (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização.** São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2009.